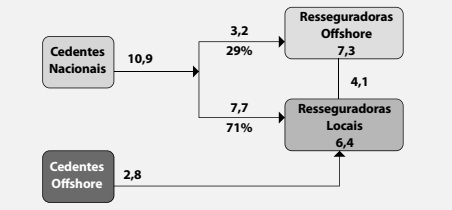
Terra Brasis Resseguros S.A.

CNPJ nº 12.909.684/0001-28

Relatório da Administração

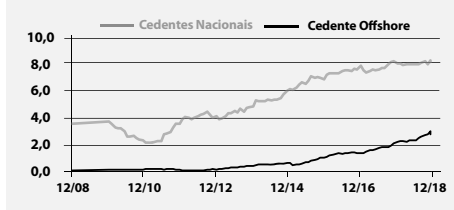
Senhores Acionistas, Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **O Mercado Brasileiro de Resseguros:** As informações das Seguradoras Nacionais (referentes a dezembro de 2018) divulgadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) mostram que o volume de resseguros cedido bruto de comissão e incluindo Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE) atingiu a cifra de R$ 12 bilhões no ano de 2018, um aumento de 8,3% em relação ao exercício de 2017. Os mais recentes dados das Resseguradoras Locais (referentes ao período de janeiro a novembro de 2018), fornecidos pela Susep, mostram que 71% do volume das cessões das Seguradoras Nacionais foi colocado nas Resseguradoras Locais, sendo que perto de 42% permanecendo nelas após as retrocessões ao exterior. Várias Resseguradoras Locais continuaram em seus processos de internacionalização, aceitando riscos de Cedentes do exterior, notadamente da América Latina. Para o período de janeiro a novembro de 2018, o volume de resseguro (bruto de comissão) aceito pelas Resseguradoras Locais proveniente de seguradoras localizadas fora do Brasil *(offshore)* totalizou R$ 2,8 bilhões, crescimento de cerca de 34% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aprimoramento contínuo apresentado pelas Resseguradoras Locais tem contribuído para fazer do Brasil um importante Centro Regional Doméstico e Exportador de Resseguros, evolução natural para um país que, com um forte mercado segurador/resseguador e com poucas catástrofes naturais, pode mitigar os riscos de países vizinhos localizados em região altamente exposta a desastres naturais.

Distribuição de prêmio (bruto de comissão), janeiro a novembro 2018



Fonte: Susep, Terra Brasis, valores expressos em bilhões de reais.

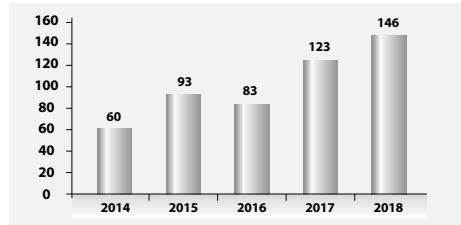
Resseguro aceito (bruto de comissão) pelas Resseguradoras Locais por localização das cedentes, acumulado de 12 meses



Fonte: Susep, Terra Brasis, valores expressos em bilhões de reais.

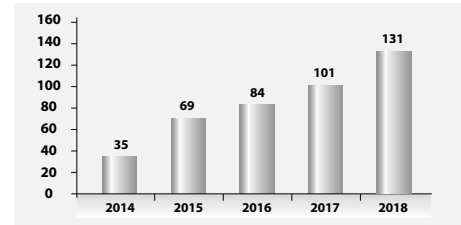
O lucro do conjunto das Resseguradoras Locais em 2018 até novembro, após a dedução de impostos, registrou o valor de R$ 1.289 milhões, frente a R$ 1.184 milhões no mesmo período de 2017, um aumento de 8,9%. **Organização Societária e Administrativa:** A Terra Brasis, com patrimônio líquido de R$ 103,9 milhões, é parte do Grupo Brasil Plural e possui participação qualificada do *International Finance Corporation (IFC),* braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado. Além da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, a Terra Brasis possui os Comitês de Auditoria, de Investimentos, de Subscrição e de Sinistros, órgãos estatutários de apoio à Administração, também homologados pela Susep. A Companhia tem sede na cidade de São Paulo e escritório de representação comercial em Bogotá, Colômbia. **Estratégias de Negócios e Iniciativas Institucionais:** A Terra Brasis manteve em 2018 sua estratégia de aceitar negócios de forma prudente, com grau de risco e expectativa de retornos coerentes, buscando de forma consistente e progressivamente aprimorar sua carteira de negócios. A inserção internacional da Terra Brasis, iniciada em 2014 e incrementada em 2016 com a inauguração do primeiro escritório de representação da Companhia no exterior, localizado em Bogotá, foi continuada ao longo de 2017 e de 2018. A Terra Brasis continua a consolidar sua posição nos países de seu foco inicial, Colômbia, Peru e Equador. Em adição, o foco em 2018 inclui o México e alguns países selecionados da América Central. Em fevereiro de 2018 a Terra Brasis renovou, em conjunto com a *AlphaCat Managers Ltd.,* a colocação no exterior do primeiro Investimento Ligado a Seguros (ILS) patrocinado por uma companhia brasileira, transação inovadora que desperta a discussão sobre a utilização de soluções baseadas no mercado de capitais para as exposições da região. Por esta transação, em junho de 2018, a Terra Brasis foi indicada finalista à premiação "*Trading Risk Awards*" realizada anualmente para reconhecer os participantes do mercado de ILS, com abrangência global, destacando o verdadeiro valor de proteções a riscos diversificados, cooperando para o crescimento da indústria de resseguros. Em 2017, por esta mesma transação, a Companhia recebeu o prêmio "*Latin America Reinsurance Deal of Year*" da revista internacional Reactions e também o prêmio da Confederação Nacional de Empresas de Seguros Gerais (CNseg) "Antônio Carlos de Almeida Braga 2017", na categoria Produtos e Serviços. Apesar dos desafios econômicos enfrentados pelo Brasil e a turbulência de um ano eleitoral, a Companhia mantém sua estratégia de investimento no desenvolvimento da equipe de colaboradores com o objetivo de melhor atender aos clientes e parceiros. Procura também colaborar para o aprimoramento do mercado, com a pesquisa e a introdução gradativa de técnicas contemporâneas na área de resseguros. No exercício de 2018 ministrou seu tradicional Curso de Resseguro para 231 participantes e seu Curso de Sinistro em Resseguro para 166 participantes. Desde o início dos cursos, capacitou 1.344 alunos de 38 companhias de seguro e de outras entidades do mercado. O *XTerra*, primeira ferramenta de precificação de resseguro não proporcional desenvolvida no Brasil e premiada em 2015 pela CNseg no concurso Antônio Carlos de Almeida Braga, continua sendo utilizada internamente e disponibilizada e consultada pelo mercado através do site da Terra Brasis. Dentro da perspectiva de crescente atuação regional, em maio de 2018 a Terra Brasis associou-se à Associação Latino-Americana para Desenvolvimento do Seguro Agropecuário (ALASA), importante entidade de promoção do desenvolvimento do seguro agropecuário na região. A Terra Brasis se mantém como membro da Federação Interamericana de Empresas de Seguros (FIDES), entidade composta por representantes do mercado de seguros de 16 países da América Latina além dos Estados Unidos e da Espanha e que tem como objetivo estimular o desenvolvimento do mercado, defendendo a iniciativa privada e padrões éticos e técnicos em todas as atividades relacionadas ao setor. Desde 2015 a Terra Brasis tem representantes nas Comissões de Resseguro, de Solvência, de Regulamentação e de Educação Financeira da referida entidade. A Terra Brasis adota a política de sustentabilidade em seguros, coerente com procedimentos estruturais do acionista *IFC,* e observa em seu processo decisório a conscientização sobre questões ambientais, sociais e de governança. Nesse sentido foi a primeira Resseguradora Local a assinar o *Principles for Sustainable Insurance (UNEP FI)*, iniciativa das Nações Unidas em parceria com a indústria global de seguros. **Desempenho Operacional:** A Terra Brasis atingiu no exercício de 2018 prêmio emitido de R$ 146,4 milhões e prêmio ganho de R$ 131,1 milhões, crescimentos respectivamente de 19% e 30% em relação ao ano anterior, obtidos com o reconhecimento e apoio das Seguradoras e Corretoras dos mercados brasileiro e dos demais países da América Latina, que em 2018 foram responsáveis por perto de 30% do prêmio emitido.

Prêmio Emitido



valores expressos em milhões de reais.

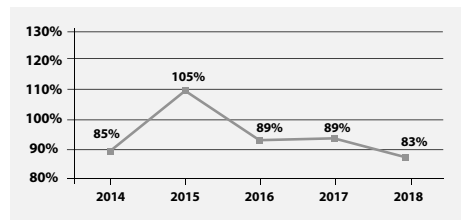
Prêmio Ganho



valores expressos em milhões de reais.

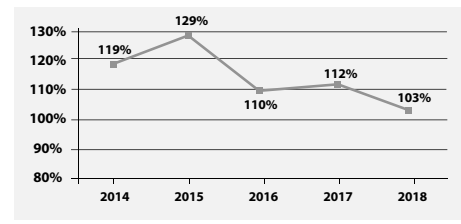
A Companhia apresentou em 2018 uma sinistralidade bruta de 72% e um resultado de retrocessão sobre prêmio ganho de 11%. A soma destes dois índices, que representa uma aproximação para a sinistralidade retida, resulta em 83%, uma melhora em relação ao resultado do exercício de 2017 onde este mesmo índice encontrava-se em 89%.

(Sinistro + Resultado de Retrocessão) / Prêmio Ganho



Valores expressos em %.

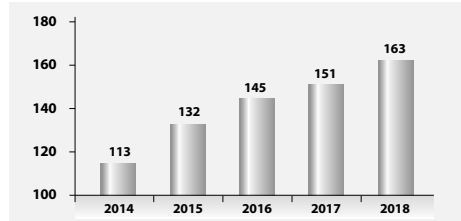
***Combined* Ratio**



Valores expressos em %.

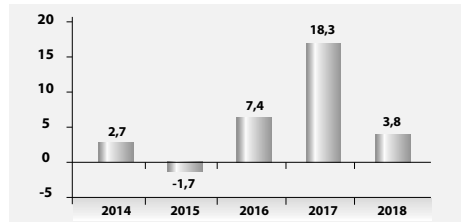
A Companhia continua apresentando melhora em seus custos administrativos, a despesa administrativa sobre prêmio ganho ficou em 12% em 2018 comparado a 16% do exercício de 2017. Com o crescimento projetado da Companhia, a tendência de redução gradativa destes índices de acordo com o plano de negócios da Companhia, deve ser acentuada nos próximos anos. O resultado técnico do exercício foi o melhor da história da Companhia. Como consequência, o *Combined Ratio* no exercício registrou o valor de 103%, significativamente melhor que a marca de 112% em 2017. A redução da taxa de juros no Brasil reduziu fortemente o resultado de investimentos provenientes das aplicações financeiras. O resultado financeiro de R$ 9,3 milhões foi inferior ao valor de R$ 15,3 milhões registrado em 2017, mesmo estando excluido neste último o resultado não recorrente da alienação de investimentos de longo prazo. As aplicações financeiras obedecem aos normativos oficiais, principalmente os contidos na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 321/2015 e na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.444/2015 e posteriores alterações. As aplicações em fundos de investimento de liquidez e seus portfólios são monitorados individualmente e registrados contabilmente na categoria ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2018, o Disponível e as Aplicações Financeiras registraram R$ 163,4 milhões, e o Patrimônio Líquido registrou R$ 103,9 milhões.

Montante de Investimentos e Disponível



valores expressos em milhões de reais.

Resultado Líquido de Impostos e Contribuições



valores expressos em milhões de reais.

O resultado após impostos, contribuições e participações registrou R$ 3,8 milhões, o resultado abrangente do exercício registrou R$ 4,5 milhões e o retorno anualizado sobre o patrimônio líquido do início do ano (*R.O.E.*), tomando como base o resultado abrangente, registrou 4,3%. Agência *A.M.Best,* especializada no setor de seguros, manteve o *rating* global de força financeira **B++** com perspectiva estável e o *rating global* de crédito emissor **bbb** também com perspectiva estável. A agência *Standard & Poors* alterou o *rating***,** na escala doméstica, de **brA+** para **brAA+,** mantendo a perspectiva estável. **Agradecimentos:** Agradecemos à Susep e às demais Autoridades do Setor, às Seguradoras, Corretoras, Retrocessionárias e a todos os parceiros de negócios pela confiança depositada nos trabalhos da Administração. Agradecemos também aos nossos Acionistas e a toda Equipe Terra Brasis pelo contínuo empenho no desenvolvimento da Companhia. São Paulo, 21 de fevereiro de 2019. **Administração.**

Balanços Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/18	31/12/17
Circulante		**282.831**	**209.553**
Disponível	4	**10.339**	**1.911**
Caixa e bancos		10.339	1.911
Aplicações	5	**49.542**	**42.764**
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	**111.673**	**83.777**
Operações com seguradoras		103.022	77.922
Operações com resseguradoras		8.651	5.855
Outros créditos operacionais		**–**	**428**
Ativos de resseguro e retrocessão	11.2	**105.752**	**77.125**
Títulos e créditos a receber		**2.313**	**1.121**
Títulos e créditos a receber		514	196
Créditos tributários e previdenciários	7.1	1.670	923
Outros créditos		129	2
Despesas antecipadas		**149**	**96**
Custos de aquisição diferidos	11.4	**3.063**	**2.331**
Resseguros		3.063	2.331
Ativo não circulante		**139.367**	**134.153**
Realizável a longo prazo		**139.060**	**133.768**
Aplicações	5	**103.542**	**106.684**
Ativos de resseguro e retrocessão	11.2	**29.576**	**20.609**
Títulos e créditos a receber		**5.821**	**6.227**
Créditos tributários e previdenciários	7.1	5.257	5.633
Outros créditos operacionais		564	594
Custos de aquisição diferidos	11.4	**121**	**248**
Resseguros		121	248
Imobilizado		**159**	**201**
Bens móveis		147	186
Outras imobilizações		12	15
Intangível		**148**	**184**
Outros intangíveis		148	184
Total do Ativo		**422.198**	**343.706**

Passivo	Notas	31/12/18	31/12/17
Circulante		**275.250**	**201.976**
Contas a pagar		**2.494**	**3.682**
Obrigações a pagar		1.372	2.745
Impostos e encargos sociais a recolher		316	423
Encargos trabalhistas		334	365
Impostos e contribuições		472	149
Débitos de operações com seguros e resseguros	6	**56.119**	**33.027**
Operações com resseguradoras		52.436	30.137
Corretores de seguros e resseguros		3.683	2.890
Depósitos de terceiros	9	**1.781**	**1.809**
Provisões técnicas - resseguradora	11.1	**214.856**	**163.458**
Passivo não circulante		**43.052**	**37.639**
Provisões técnicas - resseguradora	11.1	**43.052**	**37.639**
Patrimônio líquido	14	**103.896**	**104.091**
Capital social		100.880	100.766
Reserva de lucros		2.622	3.501
Ajustes de avaliação patrimonial		394	(176)
Total do Passivo		**422.198**	**343.706**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas Capital	Reservas Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1/01/2017	**100.766**	**530**	**580**	**5**	**–**	**101.881**
Titulos e valores mobiliários	–	–	–	(181)	–	(181)
Resultado do exercício	–	–	–	–	18.352	18.352
Proposta para destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	–	–	918	–	(918)	–
Dividendos pagos	–	–	–	–	(8.703)	(8.703)
Juros sobre capital próprio pagos	–	–	–	–	(4.824)	(4.824)
Proposta de pagamento de complemento de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(2.434)	(2.434)
Reserva estatutária	–	–	1.473	–	(1.473)	–
Saldo em 31/12/2017	**100.766**	**530**	**2.971**	**(176)**	**–**	**104.091**
Aumento de capital (Portaria Susep/DIORG nº 1.141 de 23/11/2018.	114	–	–	–	–	114
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	570	–	570
Resultado do exercício	–	–	–	–	3.893	3.893
Proposta para destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	–	–	194	–	(194)	–
Dividendos pagos	–	–	(1.681)	–	(970)	(2.651)
Juros sobre capital próprio pagos	–	–		–	(1.175)	(1.175)
Proposta de pagamento de complemento de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(946)	(946)
Reserva estatutária	–		608		(608)	–
Saldo em 31/12/2018	**100.880**	**530**	**2.092**	**394**	**–**	**103.896**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	31/12/18	31/12/17
Prêmios emitidos	13.1/16a	**146.485**	**122.858**
(–) Variações das provisões técnicas		**(15.334)**	**(21.869)**
(=) Prêmios ganhos	13.2/16a	**131.151**	**100.989**
(–) Sinistros ocorridos	16b	**(93.817)**	**(54.583)**
(–) Custos de aquisição	16c	**(4.943)**	**(3.043)**
(–) Outras despesas e receitas operacionais	16d	**(542)**	**(1.912)**
(–) Resultado com retrocessão	16e	**(14.902)**	**(34.143)**
(–) Despesas administrativas	16f	**(16.696)**	**(17.444)**
(–) Despesas com tributos	16g	**(4.523)**	**(2.773)**
(+) Resultado financeiro	16h	**9.336**	**37.369**
(+) Receitas financeiras		66.340	51.222
(–) Despesas financeiras		(57.004)	(13.853)
(+) Resultado patrimonial	16i	**218**	**292**
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**5.282**	**24.752**
(–) Imposto de renda	7.2	**(523)**	**(3.402)**
(–) Contribuição social	7.2	**(697)**	**(2.856)**
(–) Participações sobre o lucro		**(169)**	**(142)**
(=) Lucro líquido do exercício		**3.893**	**18.352**
(/) Quantidade de lotes de mil ações		**100.759**	**100.650**
(=) Lucro líquido - por lote de mil ações		**38,64**	**182,33**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	31/12/18	31/12/17
Lucro líquido do exercício	**3.893**	**18.352**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	117	163
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	–	795
Ativo fiscal diferido	376	2.790
Variação dos custos de aquisição diferidos	(466)	(1.066)
Variação dos ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	(48.484)	(24.676)
Variação das provisões técnicas - resseguros	109.659	77.524
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(3.065)	(10.587)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(27.896)	(34.924)
Ativos de resseguro	10.889	16.620
Créditos fiscais e previdenciários	(747)	(568)
Despesas antecipadas	(52)	(17)
Custo de aquisição diferido	(140)	(26)
Outros ativos	13	(259)
Impostos e contribuições	185	(937)
Outras contas a pagar	228	(1.613)
Débitos de operações com seguros e resseguros	23.093	11.467
Depósitos de terceiros	(29)	783
Provisões técnicas - resseguros	(52.848)	(41.876)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**14.726**	**11.945**
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(39)	(46)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(39)**	**(46)**
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.259)	(15.961)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(6.259)**	**(15.961)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**8.428**	**(4.062)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.911**	**5.973**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**10.339**	**1.911**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/18	31/12/17
Lucro líquido do exercício	**3.893**	**18.352**
Outros resultados abrangentes		
Ajuste a valor justo de títulos mobiliários disponíveis para venda	1.037	(328)
Impostos sobre ajustes a valor justo (imposto diferido)	(467)	147
(=) Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**570**	**(181)**
(=) Total do resultado abrangente do exercício	**4.463**	**18.171**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Terra Brasis Resseguros S.A. (doravante referida também como "Terra Brasis" ou "Companhia" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rua Minas de Prata, nº 30, conjunto 122, Itaim Bibi, São Paulo, Capital, CNPJ 12.909.684/ 0001-28. Foi constituída em 20 de setembro de 2010 como prestadora de serviços, com o propósito de transformar-se em Resseguradora Local. Em 4 de outubro de 2012, por meio da Portaria nº 4.881, recebeu da Superintendência de Seguros Privados - Susep autorização para operar como Resseguradora Local em atividades de resseguro e retrocessão, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Resolução CNSP nº 168/2007. A Resseguradora é uma coligada do Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo. Em 5 de novembro de 2015, por meio da Portaria nº 6.381, a Terra Brasis, recebeu autorização da Susep para abrir um escritório de representação na Colômbia. Em 18 de março de 2016 a *Terra Brasis Resseguros Oficina de Representacion Colombia*, obteve matrícula da Câmara de Comercio de Bogotá e iniciou suas atividades como escritório de representação. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Terra Brasis em 21 de fevereiro de 2019. **2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: a) Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep, que compreendem as normas estabelecidas pela Susep e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela Susep, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). **b) Continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Terra Brasis em

continua →☆

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 08:29:25.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30008715] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. **c) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Resseguradora. Exceto quando indicado de outra forma, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor apurada naquela data. As oscilações cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. **d) Base para mensuração:** Os Ativos e Passivos são mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e disponível para venda (vide nota 3.2); ii. provisões técnicas, constituídas e mensuradas de acordo com normas específicas estabelecidas pelo CNSP e determinações da Susep (vide nota 3.7). **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre os seguintes itens das demonstrações financeiras em que o uso de premissas e estimativas é significativo e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Instrumentos financeiros e os correspondentes resultados financeiros; • Provisões técnicas e as correspondentes variações de provisões técnicas, incluindo o valor dos prêmios emitidos e ganhos e os sinistros ocorridos; • Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros, incluindo os prêmios emitidos e os prêmios ganhos, os sinistros ocorridos e não avisados e o resultado com retrocessão. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados e estão demonstradas a seguir. **3.1. Contratos de seguro:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 "Contratos de seguros". Além disso, a Superintendência de Seguros Privados - Susep, por meio da Circular nº 517/2015, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. **3.2. Instrumentos financeiros:** A Terra Brasis classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **3.2.a. Classificações das categorias:** i. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição.Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Terra Brasis gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período. iv. *Empréstimos e recebíveis:* Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros que são avaliados, periodicamente, quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período. **3.2.b. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas nas notas explicativas. **3.2.c. Hierarquia do valor justo:** O valor justo é classificado nos seguintes níveis: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; Nível 2: Quando é utilizada uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e Nível 3: Ativos cujo valor justo é determinado com base em premissas internas tendo em vista a ausência de informações e dados observáveis no mercado. **3.3. Prêmios emitidos:** A Terra Brasis subscreve contratos de resseguro que visam fornecer cobertura para riscos ofertados pelas Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (doravante referidas como "Cedentes"). Os contratos são denominados facultativos, quando são subscritos especificamente para cobrir o risco ofertado individual e facultativamente pelas Cedentes e são denominados de automáticos ou de carteira, quando a Cedente e a Terra Brasis definem previamente os tipos e as condições em que os riscos devem ser automaticamente incluídos no contrato. Os contratos podem ser proporcionais quando a Terra Brasis e a Cedente dividem proporcionalmente os prêmios e os sinistros originais dos riscos do contrato ou podem ser não proporcionais, também chamados resseguros de sinistros, quando a Terra Brasis participa somente nos sinistros acima de determinado valor e recebe da Cedente um prêmio calculado especificamente para esta responsabilidade. Os Prêmios de Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE) são apurados com base em metodologia própria, de acordo com o previsto nas normas do CNSP, regulamentadas pela Susep. Para os contratos facultativos, os prêmios de resseguro são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos. Para os contratos automáticos não proporcionais, os prêmios de resseguro também são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos, com base no prêmio depósito, sendo monitorados durante a vigência do contrato e ajustados aos seus valores efetivos no final do período de cobertura do risco. Para os contratos automáticos proporcionais, os prêmios de resseguro são registrados mensalmente com base em estimativas fornecidas pelas Cedentes e subscritas pela Companhia, visando acompanhar no tempo e no valor a emissão de prêmios pelas Cedentes. Inicialmente as estimativas são ajustadas por um fator de corte mensurado com base na experiência histórica da Companhia, que são monitoradas durante a vigência dos contratos e atualizadas quando do recebimento de informações das Cedentes. A Terra Brasis contrata coberturas e mantém contratos de retrocessão para aumentar sua capacidade de aceitação, restringir sua responsabilidade ao limite de retenção por risco subscrito e mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos. Os prêmios cedidos das retrocessões proporcionais são registrados em consonância com o registro dos prêmios das aceitações cobertas por elas. Os prêmios das retrocessões não proporcionais são registrados integralmente na data de cessão do contrato de retrocessão. Os prêmios de resseguro de contratos automáticos são registrados considerando o prêmio que as Cedentes estimam que irão emitir no período de vigência do contrato (*Estimated Premium Income* - EPI) ajustados por um fator de corte que busca refletir a experiência histórica observada na comparação entre os prêmios estimados e os efetivamente subscritos pelas cedentes nessa modalidade de contrato. Nos contratos automáticos firmados com cedentes sediadas no exterior não é aplicado fator de corte, pois os valores estimados inicialmente nesses contratos e seus prêmios efetivos tem sido muito próximos. As despesas de comercialização são registradas de acordo com os mesmos critérios aplicados aos prêmios. **3.4. Redução ao valor recuperável:** A Terra Brasis em conformidade com o Artigo 167 da Circular Susep nº 517/2015, realizou estudo técnico específico analisando seu histórico de perdas e o risco de inadimplência. O estudo leva em conta as peculiaridades da operação e das prestações de contas no mercado de resseguro, além da qualidade das cedentes. Os casos de atraso são analisados individualmente pela Diretoria. Com base no estudo, a classificação do ativo como não recuperável pode ocorrer a qualquer momento após o atraso, quando justificado, ou no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir do direito de recebimento. **3.5. Prêmios ganhos:** Para os contratos facultativos, os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos. Para os contratos automáticos proporcionais e para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* (nos quais os riscos subscritos no período do contrato estão cobertos durante todas as suas vigências) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die,* ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos nos contratos, conforme informações e estimativas de vigências médias fornecidas pelas Cedentes. Para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Loss Occuring* (nos quais estão cobertos os sinistros ocorridos no período de vigência do contrato) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro rata die,* ao longo do período de vigência dos contratos. Para os contratos de retrocessão, os mesmos princípios de apropriação acima se aplicam às retrocessões cedidas. **3.6. Sinistros ocorridos:** Corresponde à somatória das indenizações pagas no período e da variação no período das Provisões para Sinistros a Liquidar (PSL) e para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR). **3.7. Provisões técnicas e teste de adequação de passivos:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela Susep. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parte proporcional à vigência a decorrer dos prêmios de resseguro, calculada *pro rata die*, dos riscos em vigor, sendo determinada, para cada tipo de contrato, com base em informações recebidas das cedentes ou estimativas, com os mesmos critérios usados para a apropriação dos prêmios. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para apurar a parcela dos prêmios não ganhos relativos aos contratos de resseguros não emitidos, de acordo com os critérios estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. A provisão de excedentes técnicos (PET) é constituída de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de resseguro que tem previsão para participação das Cedentes nos lucros do contrato. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros ocorridos e avisados com base em estimativa das indenizações informadas pelas Cedentes até a data do balanço. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída com base em cálculos atuariais que consideram a sinistralidade final esperada deduzida dos sinistros já avisados até a data do balanço. A provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR) é constituída pelos valores das despesas esperadas relacionadas com os sinistros ocorridos, mas que ainda não foram avisados. Os passivos de retrocessão são compostos por prêmios devidos, consistentes com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Semestralmente é elaborado um teste com o objetivo de assegurar que o valor contábil (passivos de contratos de resseguro deduzidos das despesas de comercialização diferidas) dos contratos vigentes está adequadamente mensurado. O teste de adequação de passivos (TAP) é elaborado de acordo com as disposições da Circular Susep nº 517/2015, e engloba os contratos de resseguros vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O resultado do teste é a diferença entre o saldo contábil das provisões técnicas e o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros das obrigações relacionadas aos riscos vigentes, ambos na data-base. O resultado negativo apurado significa uma insuficiência das provisões técnicas, que deve ser constituída como provisão complementar de cobertura (PCC), no caso de sinistros a ocorrer, ou complementam o saldo da própria provisão que apresentar a insuficiência, no caso de sinistros ocorridos. O modelo do TAP compara o saldo contábil das provisões técnicas com o valor presente do fluxo de caixa descontado pela taxa a termo livre de risco correspondente ao indexador de referência das obrigações de cada contrato de resseguro. As premissas utilizadas no cálculo do TAP foram: taxas de juros (ETTJ) livre de riscos definidas pela Susep, índices de sinistralidade por grupo de ramos baseada na experiência da resseguradora, observada em um período de 3 anos (junho/15 a maio/18), e índices de despesas administrativas e despesas com sinistros apurados com base nos resultados da Resseguradora no ano de 2018. O cálculo apresentou suficiência com a composição de variações desfavoráveis das premissas utilizadas na projeção "pior cenário" (taxa de juros 10% menor, índice de sinistralidade 10% maior e despesas 10% maiores) os resultados consolidados do teste apresentaram resultado favorável. Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela Susep para cada indexador contratual. O resultado do teste de adequação de passivos demonstrou que as provisões atuais são suficientes para honrar todas as obrigações relacionadas aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018. Não há, portanto, necessidade da constituição da provisão complementar de cobertura (PCC), referente a eventuais insuficiências da PPNG, ou de se complementar o saldo das demais provisões. **3.8. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. **3.9. Imposto de renda e contribuição social**: Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. De acordo com a Lei nº 13.169/2015, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, passou a vigorar com alíquota de 20% entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e os diferidos. Os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Créditos tributários e passivos tributários de imposto de renda e contribuição social originados de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias entre as bases de reconhecimento contábil e as bases de tributação são reconhecidos contabilmente. Os créditos tributários diferidos são avaliados a cada data-base para apurar a necessidade de provisão, quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e serão desreconhecidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.10. PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a Cofins pela alíquota de 4%. Os créditos de PIS e Cofins oriundos de diferenças temporárias entre as bases contábil e tributária, basicamente relacionadas a sinistros provisionados e ainda não pagos, são reconhecidas no exercício de competência e registrados no ativo não circulante. **4. Disponível:**

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	20	16
Bancos	10.319	1.895
Conta corrente no brasil	1.705	500
Conta corrente em moeda estrangeira	8.614	1.395
Total	**10.339**	**1.911**

5. Aplicações Financeiras: 5.1. Composição das aplicações: Os fundos nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos são fundos não exclusivos, sem prazos de vencimento. Tais fundos possuem dados disponíveis para consulta pública e estão abertos para outros investidores, exceto o fundo fechado FIDC.

	Rating (i)	Taxas Contratadas/ Classificação ANBIMA	31/12/2018 Valor	%	31/12/2017 Valor	%
Títulos financeiros disponíveis para venda			**117.874**	**77**	**118.960**	**80**
Títulos públicos - LFT			**66.083**	**43**	**53.198**	**36**
	AAA	100,1% Selic	66.083	43	53.198	36
Títulos privados - LF / CDB			**4.223**	**3**	**5.960**	**4**
	AAA	100,4% a 120,0% CDI	2.861	2	152	–
	AA- a AA+	110,0% a 113,3% CDI	1.362	1	5.401	4
	BBB+	111,0% a 120,0% CDI	–	–	204	–
	Sem *rating*	110,0% CDI	–	–	203	–
Títulos privados - DEB / NC / CRI / CCB			**47.568**	**31**	**59.802**	**40**
	AAA	105,2% a 117,0% CDI / CDI+1,8%	17.693	12	347	–
	AAA	IPCA+3,5%	–	–	598	1
	A a A+	CDI+1,07% a 3,5% / 116% CDI	2.283	1	9.212	6
	AA- a AA+	CDI+0,4% a +2,7% / 108,5% a 130% CDI	16.786	11	33.077	22
	AA- a AA+	IPCA+1,8% a 9,0%	1.896	1	11.850	8
	BBB	IPCA+10,1%	740	1	2.238	1
	Sem *rating*	CDI+1,0% a 4,5%	8.170	5	2.480	2
Títulos a valor justo por meio do resultado			**35.210**	**23**	**30.488**	**20**
Ações			**6.213**	**4**	**–**	**–**
		Ibovespa	6.213	4	–	–
Quotas de fundos de investimentos			**28.997**	**19**	**30.488**	**20**
		Renda Fixa	6.684	4	14.215	10
		Multimercados MultiEstratégia	10.050	7	12.506	8
		Imobiliários	7.463	5	–	–
	AA- a AA+	FIDC	3.237	2	3.767	2
		Ações	1.563	1	–	–
Total			**153.084**	**100**	**149.448**	**100**

(i) Considera-se o *rating* das agências *Standard & Poor's, Moody's, Fitch e A.M.Best*. Caso o ativo possua mais de um *rating*, é utlizado o maior. Legenda: LFT: Letras Financeira do Tesouro, LF: Letra Financeira, CDB: Certificado de Depósito Bancário, CCB: Cédula de Crédito Bancário, DEB: Debêntures, CRI: Certificado de Recebíveis Imobiliários e NC: Nota Comercial.

5.2. Abertura por vencimento:

	31/12/2018				31/12/2017			
Títulos públicos	**Sem vencimento ou de até 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Total**	**%**	**Sem vencimento ou de até 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Total**	**%**
LFT	3.102	62.981	66.083	43	2.934	50.264	53.198	36
Títulos privados	**10.612**	**41.179**	**51.791**	**34**	**9.342**	**56.420**	**65.762**	**44**
DEB/NC/CRI/CCB	7.007	40.561	47.568	31	8.783	51.019	59.802	40
LF/CDB	3.605	618	4.223	3	559	5.401	5.960	4
Ações	**6.213**	**–**	**6.213**	**4**	**–**	**–**	**–**	**–**
Quotas de fundos de Investimentos	**28.997**	**–**	**28.997**	**19**	**30.488**	**–**	**30.488**	**20**
Total	**48.924**	**104.160**	**153.084**	**100**	**42.764**	**106.684**	**149.448**	**100**

5.3. Ativos financeiros mensurados a valor justo:

	31/12/2018			31/12/2017		
Títulos financeiros disponíveis para venda	**Valor do custo atualizado**	**Ajuste a valor justo**	**Valor Justo/ Contábil**	**Valor do custo atualizado**	**Ajuste a valor justo**	**Valor Justo/ Contábil**
	117.157	**717**	**117.874**	**119.279**	**(319)**	**118.960**
Títulos públicos	**65.970**	**113**	**66.083**	**53.072**	**126**	**53.198**
LFT	65.970	113	66.083	53.072	126	53.198
Títulos privados	**51.187**	**604**	**51.791**	**66.207**	**(445)**	**65.762**
LF/CDB	4.209	14	4.223	5.946	14	5.960
DEB/NC/CRI/CCB	46.978	590	47.568	60.261	(459)	59.802
Títulos a valor justo por meio do resultado	**35.210**	**–**	**35.210**	**30.488**	**–**	**30.488**
Ações mercado aberto	6.213	–	6.213	–	–	–
Quotas de fundos de investimentos	28.997	–	28.997	30.488	–	30.488
Total	**152.367**	**717**	**153.084**	**149.767**	**(319)**	**149.448**

Legenda: LFT: Letras Financeira do Tesouro, LF: Letra Financeira, CDB: Certificado de Depósito Bancário, CCB: Cédula de Crédito Bancário, DEB: Debêntures, CRI: Certificado de Recebíveis Imobiliários e NC: Nota Comercial. **5.4. Hierarquia de valor justo das aplicações financeiras:**

	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Títulos públicos - LFT	66.083	–	–	53.198	–	–
Títulos privados - LF/CDB	–	4.223	–	–	5.960	–
Títulos privados - DEB/NC/CRI/CCB	–	47.568	–	–	59.802	–
Quotas de fundos de investimentos	–	28.997	–	–	30.488	–
Ações	6.213	–	–	–	–	–
Total	**72.296**	**80.788**	**–**	**53.198**	**96.250**	**–**

Os títulos mobiliários dos fundos de investimento são valorizados diariamente a valor justo, conforme determinações do Banco Central do Brasil. Dessa forma, o valor das cotas de propriedade da Companhia já refletem o valor justo desses ativos. Os fundos de investimentos são classificados como Nível 2 e podem usar derivativos dentro da sua estratégia de investimento (vide nota 3.2.c). **5.5. Derivativos:** A Companhia, opera diretamente com derivativos, especificamente contratos negociados na [B3], e na data de 31 de dezembro de 2018, possui 60 contratos de dólar futuro cujo objetivo é de proteger-se de flutuações em suas obrigações em dólares americanos que possam ser causados por mudanças da taxa de câmbio. A posição comprada desses contratos representam um valor nominal equivalente a R$ 11.636. A Companhia possui também 25 contratos futuro de Cupom de IPCA (DAP), que representam um valor nominal equivalente a R$ 2.757. Sobre estas posições (dólar e taxa de juros), a Companhia possui a quantidade de 372 LFT's oferecidas como garantia de margem, totalizando R$ 3.675. **5.6. Movimentações das aplicações financeiras:**

	Valor justo por Meio do resultado	**Disponível para Venda**	**Total**
Saldos em 1º de Janeiro 2018	**30.488**	**118.960**	**149.448**
(+) Aplicações	104.588	242.107	346.695
(–) Resgates	(102.535)	(251.668)	(354.203)
(+) Rendimentos	2.669	7.758	10.427
(+/–) Ajuste a valor justo	–	717	717
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**35.210**	**117.874**	**153.084**

	Valor justo por Meio do resultado	**Disponível para Venda**	**Total**
Saldos em 1º de Janeiro 2017	**28.625**	**110.417**	**139.042**
(+) Aplicações	31.865	381.877	413.742
(–) Resgates	(32.320)	(408.643)	(440.963)
(+) Rendimentos	2.318	35.309	37.627
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**30.488**	**118.960**	**149.448**

5.7 Desempenho: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos certificados de depósitos interbancários (CDI). A administração também avalia a rentabilidade dos seus investimentos excluindo as aplicações em fundo cambial, usado para o *hedge* dos passivos financeiros em moeda estrangeira.

	Rendimento (%)			Porcentagem do CDI (%)		Rendimento sobre CDI (%)	
Ano	**Carteira completa**	**Excluindo fundo cambial**	**CDI**	**Carteira completa**	**Excluindo fundo cambial**	**Carteira completa**	**Excluindo fundo cambial**
2018	7,73	7,73	6,40	120	120	1,33	1,33
2017	28,52	31,23	9,93	287	315	18,59	21,30
2016	11,08	14,17	14,06	79	101	(2,98)	0,11
2015	15,77	14,23	13,23	119	108	2,54	1,00
2014	11,78	11,46	10,81	109	106	0,97	0,65
2013	8,44	8,46	8,06	105	105	0,38	0,40

6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros:

6.1. Composição:	**Créditos de operações**		**Débitos de operações**	
Grupo	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Patrimonial	28.414	29.127	11.491	12.377
Riscos especiais	211	224	43	23
Responsabilidades	2.953	2.461	1.836	968
Automóvel	2.065	2.028	798	41
Transportes	18.440	15.939	12.653	9.652
Riscos financeiros	12.964	9.592	15.937	7.262
Pessoas coletivo	2.488	1.391	382	189
Habitacional	1	140	264	261
Rural	9.135	1.451	6.654	111
Pessoas individual	382	–	5	–
Marítimos	1.543	1.124	1.317	500
Aeronáuticos	876	1.038	215	386
Petróleo	79	–	25	–
Aceitações do exterior (*)	32.122	19.262	4.499	1.257
Total	**111.673**	**83.777**	**56.119**	**33.027**

(*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 09:19:46.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30010090] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.1.a. Movimentações dos créditos das operações de seguros e resseguros:

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Saldo inicial	**83.777**	**49.648**
Prêmios emitidos	146.228	122.646
Variação da RVNE	257	212
Recebimento	(123.411)	(86.981)
Oscilação cambial	4.196	657
Variação de recuperação de sinistros	626	(1.610)
Redução ao valor recuperável	–	(795)
Saldo final	**111.673**	**83.777**

6.1.b. Movimentações dos débitos das operações de seguros e resseguros:

	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
Saldo inicial	**33.027**	**21.559**
Prêmios de retrocessão emitidos	62.885	59.321
Variação da RVNE	201	(627)
Corretagem	795	1.575
Pagamentos	(41.221)	(48.865)
Oscilação cambial	432	64
Saldo final	**56.119**	**33.027**

6.2. Fluxo estimado de recebimentos e pagamentos: 6.2.a. Prazos de recebimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Vincendos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total
Sem vencimento(*)	46.305	–	46.305	39.809	–	39.809
1 a 30 dias	29.193	4.791	33.984	18.328	4.896	23.224
31 a 60 dias	4.083	1.160	5.243	3.089	550	3.639
61 a 120 dias	9.312	876	10.188	4.325	1.996	6.321
121 a 180 dias	3.295	2.476	5.771	2.576	1.544	4.120
181 a 365 dias	7.948	1.065	9.013	5.033	1.757	6.790
Acima de 365 dias	205	2.371	2.576	–	1.281	1.281
Redução ao valor recuperável	–	(1.407)	(1.407)	–	(1.407)	(1.407)
Total	**100.341**	**11.332**	**111.673**	**73.160**	**10.617**	**83.777**

(*) Os valores são registrados com base em informações apresentadas pelas cedentes e são liquidadas financeiramente em prazos variados. Determinados créditos apresentados na coluna "vencidos" aguardam esclarecimentos e/ou documentações adicionais para que venham a ser recebidos, não caracterizando inadimplência. Para contratos facultativos, a média de parcelamento dos prêmios de resseguros é de 3 (três) parcelas. **6.2.b. Prazos de pagamento de débitos das operações de retrocessão:**

	31/12/2018			31/12/2017		
	Vincendos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total
Sem vencimento(*)	16.950	–	16.950	14.321	–	14.321
1 a 30 dias	20.847	372	21.219	9.418	437	9.855
31 a 60 dias	4.735	117	4.852	2.766	247	3.013
61 a 120 dias	8.465	1.683	10.148	1.694	1.609	3.303
121 a 180 dias	275	232	507	364	173	537
181 a 365 dias	2.039	82	2.121	1.776	164	1.940
Acima de 365 dias	246	76	322	–	58	58
Total	**53.557**	**2.562**	**56.119**	**30.339**	**2.688**	**33.027**

(*) Os valores são registrados com base em informações apresentadas pelas cedentes gerando obrigações junto aos retrocesionários, registrados neste grupo "débitos de operações de retrocessão". Os valores apresentados na coluna "vencidos" aguardam esclarecimentos e/ou documentações adicionais para que venham a ser liquidados, não caracterizando-se inadimplência por parte da Companhia.

7. Créditos Tributários e Previdenciários:

7.1.a. Créditos tributários:	2017	Constituição/ transferência	Baixas/ transferência	Atualizações	2018
Circulante	**923**	**1.397**	**(644)**	**(6)**	**1.670**
Antecipação de IRPJ	504	857	(405)	3	959
Antecipação de CSLL	158	437	(11)	10	594
Créditos de PIS e COFINS	261	103	(228)	(19)	117
Não circulante	**5.633**	**15.669**	**(16.045)**	**–**	**5.257**
Créditos de imposto de renda - prejuízo fiscal	1.557	–	(338)	–	1.219
Créditos de imposto de renda - ajustes temporais	114	8.375	(7.814)	–	675
Créditos de contribuição social - base negativa	1.245	–	(514)	–	731
Créditos de contribuição social - ajustes temporais	92	6.700	(6.251)	–	541
IR/CS Ajustes a valor de mercado	144	594	(738)	–	–
PIS e COFINS diferidos	2.481	–	(390)	–	2.091
Total	**6.556**	**17.066**	**(16.689)**	**(6)**	**6.927**

7.1.b. Créditos de imposto de renda e contribuição social de prejuízos fiscais e bases negativas:

	Valor
Créditos constituídos até o ano de 2014	7.755
Créditos constituídos no ano de 2015	3.497
Créditos constituídos no ano de 2016	212
Compensação no exercício de 2017	(5.237)
Compensação no exercício de 2018	(1.352)
Estoque após compensação	**4.875**
Crédito de prejuízo fiscal	1.219
Base negativa	731

Os créditos foram ativados com base em projeção de lucros tributáveis futuros e a Companhia estima que esses créditos serão realizados da seguinte forma: (i) ano de 2019 no montante de R$ 868 de prejuízo fiscal de IRPJ e R$ 521 base negativa de CSLL; (ii) ano de 2020 no montante de R$ 351 de prejuízo fiscal de IRPJ e R$ 210 de base negativa de CSLL. Os valores de base negativa da CSLL, foram ajustadas à alíquota de 15%, conforme prazo de vigência temporária da Medida Provisória 675/2015.

7.2. Despesas de imposto de renda e contribuição social:		31/12/2018		31/12/2017	
		Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes dos impostos, JCP e participações		**5.282**	**5.282**	**24.752**	**24.752**
Participações sobre o lucro		(169)	(169)	(142)	(142)
Lucro antes dos impostos e JCP, e após participações		**5.113**	**5.113**	**24.610**	**24.610**
Juros sobre capital próprio		(2.121)	(2.121)	(7.258)	(7.258)
Lucro ajustado		**2.992**	**2.992**	**17.352**	**17.352**
Adições/(exclusões) permanentes		(728)	(728)	(1.268)	(1.268)
Adições/(exclusões) temporais		2.243	2.243	1.371	1.371
(=) Lucro antes das compensações		**4.507**	**4.507**	**17.455**	**17.455**
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa		(1.352)	(1.352)	(5.237)	(5.237)
(=) Lucro após as compensações		**3.155**	**3.155**	**12.218**	**12.218**
Imposto corrente - alíquotas vigentes	**a**	**746**	**632**	**2.919**	**2.470**
IR/CS Diferidos	**b**	**(223)**	**65**	**483**	**386**
Constituição/(realização) de prejuízo fiscal e base negativa		338	514	1.323	1.059
Constituição/(realização) de crédito tributário e ajustes temporais		(561)	(449)	(840)	(673)
(=) Total das despesas de IR e CS	**a+b**	**523**	**697**	**3.402**	**2.856**
Alíquota efetiva		10%	13%	14%	12%

8. Transações com Partes Relacionadas: A Terra Brasis possui contratos para gestão de sua carteira de investimentos com a Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda., empresa coligada. A remuneração sobre estes contratos no exercício de 2018 foi de R$ 461 (R$ 523 em 31 de dezembro de 2017). A Terra Brasis realiza investimentos em fundos abertos geridos pela Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda. empresa ligada aos acionistas controladores. As despesas correspondentes à administração dos fundos estão embutidas e são deduzidas das receitas. A Terra Brasis possui registrado em outros créditos a receber, o montante de R$ 778 (R$ 766 em 31 de dezembro de 2017) proveniente de venda de ações para a empresa ligada Terra Brasis Partners Participações Ltda.

9. Depósitos de Terceiros:	31/12/2018	31/12/2017
De 1 a 30 dias	1.430	598
De 31 a 60 dias	22	388
De 61 a 120 dias	–	422
De 121 a 180 dias	74	50
De 181 a 365 dias	208	303
Acima de 365 dias	47	48
Total	**1.781**	**1.809**

10. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado e Exigência de Capital:	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	**103.896**	**104.091**
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(149)	(96)
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas	(1.950)	(2.802)
Ativos intangíveis	(148)	(184)
a. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**101.649**	**101.009**
b. Capital base	**60.000**	**60.000**
c. Capital de risco	**25.055**	**25.760**
Parcela baseada no risco de subscrição	13.892	12.011
Parcela baseada no risco de crédito	11.737	13.626
Parcela baseada no risco de mercado	4.690	6.602
Benefício da diversificação	(6.321)	(7.303)
Parcela baseada no risco operacional	1.057	824
d. Capital Mínimo Requerido (max[b,c])	**60.000**	**60.000**
e. Suficiência de capital (a - d)	**41.649**	**41.009**
Suficiência de capital (e/d)	69%	68%
Liquidez em relação ao capital mínimo requerido (20% do Capital de Risco)	**5.011**	**5.152**

11. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos: 11.1 Resseguros e retrocessões aceitas:

31/12/2018	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		
Grupo	Aceitos	RVNE	Comissão	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	Total
Patrimonial	28.449	3.952	(3.305)	–	5.464	70.204	–	–	104.764
Riscos especiais	185	25	–	118	–	743	–	3	1.074
Responsabilidades	3.574	462	(485)	2.681	–	11.119	22	67	17.440
Automóvel	3.713	417	(1.300)	341	–	719	36	9	3.935
Transportes	8.816	1.201	(1.114)	2.128	–	16.146	349	53	27.579
Riscos financeiros	36.381	3.632	(14.229)	11.055	–	5.755	594	277	43.465
Pessoas coletivo	1.141	188	(6)	2.011	–	927	291	51	4.603
Habitacional	–	(2)	–	547	–	8	15	14	582
Rural	8.046	970	(2.293)	299	–	3.059	123	7	10.211
Pessoas individual	160	27	(1)	152	–	–	–	4	342
Marítimos	1.389	122	(54)	457	–	1.380	34	11	3.339
Aeronáuticos	555	24	(109)	317	–	1.694	22	9	2.512
Petróleo	79	12	(6)	14	–	–	–	–	99
Aceitações do exterior (*)	25.395	2.684	(7.174)	–	–	15.750	1.308	–	37.963
Total	**117.883**	**13.714**	**(30.076)**	**20.120**	**5.464**	**127.504**	**2.794**	**505**	**257.908**

(*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

31/12/2017	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		
Grupo	Aceitos	RVNE	Comissão	IBNR	IBNER	Avisados	PET	PDR-IBNR	Total
Patrimonial	27.186	5.112	(3.136)	–	4.665	61.639	308	–	95.774
Riscos especiais	197	41	(3)	89	–	644	–	3	971
Responsabilidades	2.869	529	(379)	2.959	–	10.544	60	81	16.663
Automóvel	2.020	305	(585)	465	–	484	1	13	2.703
Transportes	11.996	2.174	(1.769)	1.240	–	8.102	120	34	21.897
Riscos financeiros	28.144	3.650	(10.971)	9.047	–	2.162	680	248	32.960
Pessoas coletivo	845	171	(39)	1.066	–	591	269	29	2.932
Habitacional	16	2	(7)	278	–	14	15	8	326
Rural	971	160	(217)	82	–	522	56	2	1.576
Marítimos	1.435	274	(148)	310	–	1.102	63	9	3.045
Aeronáuticos	854	162	(89)	–	–	345	54	–	1.326
Aceitações do exterior (*)	13.360	2.022	(3.849)	1.009	–	7.693	661	28	20.924
Total	**89.893**	**14.602**	**(21.192)**	**16.545**	**4.665**	**93.842**	**2.287**	**455**	**201.097**

(*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior". *Obs: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados (Incurred But Not Reported); IBNER (Incurred But Not Enough Reported); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR.* **11.2 Ativos de Resseguro e Retrocessão:**

31/12/2018	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões	
Grupo	Cedidos	RVNE	Comissão	IBNR	IBNER	Avisados	PET	Total
Patrimonial	10.301	1.422	(1.460)	–	5.464	47.080	40	62.847
Riscos especiais	18	1	(3)	61	–	635	–	712
Responsabilidades	1.913	239	(456)	1.295	–	6.576	–	9.567
Automóvel	1.071	127	(427)	28	–	12	–	811
Transportes	4.632	615	(1.066)	1.455	–	11.838	34	17.508
Riscos financeiros	30.699	3.091	(13.648)	8.972	–	3.711	329	33.154
Pessoas coletivo	68	10	(11)	941	–	22	100	1.130
Habitacional	–	(2)	–	149	–	1	(17)	131
Rural	5.285	630	(1.894)	139	–	1.815	(34)	5.941
Marítimos	371	38	(70)	31	–	337	5	712
Aeronáuticos	27	(25)	(6)	106	–	280	1	383
Petróleo	17	3	(2)	4	–	–	–	22
Aceitações do exterior (*)	2.425	58	(715)	–	–	634	8	2.410
Total	**56.827**	**6.207**	**(19.758)**	**13.181**	**5.464**	**72.941**	**466**	**135.328**

(*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior".

31/12/2017	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões	
Grupo	Cedidos	RVNE	Comissão	IBNR	IBNER	Avisados	PET	Total
Patrimonial	10.075	1.990	(1.571)	–	4.665	34.186	129	49.474
Riscos especiais	3	1	(1)	48	–	551	–	602
Responsabilidades	1.087	213	(177)	1.443	–	6.362	–	8.928
Automóvel	–	–	–	76	–	8	–	84
Transportes	7.734	1.350	(1.823)	870	–	5.081	–	13.212
Riscos financeiros	23.307	3.016	(10.200)	6.999	–	169	260	23.551
Pessoas coletivo	8	2	(1)	665	–	15	134	823
Habitacional	1	1	(1)	77	–	2	(17)	63
Rural	47	7	(12)	34	–	201	–	277
Marítimos	161	35	(27)	11	–	40	6	226
Aeronáuticos	218	46	(23)	–	–	34	–	275
Aceitações do exterior (*)	76	13	(23)	49	–	104	–	219
Total	**42.717**	**6.674**	**(13.859)**	**10.272**	**4.665**	**46.753**	**512**	**97.734**

(*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior". *Obs: RVNE: Riscos Vigentes Não Emitidos; Comissão: Comissão da Cedente; IBNR: Sinistros Ocorridos e Não Avisados (Incurred But Not Reported); IBNER (Incurred But Not Enough Reported); PET: Provisão de Excedentes Técnicos; PDR-IBNR: Provisão de Despesas Relacionadas de IBNR.*

11.3 Movimentação das provisões técnicas:

PPNG - Aceitos	PPNG	RVNE	Outras provisões PET	Total provisão de prêmios
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**68.701**	**14.602**	**2.287**	**85.590**
Prêmio emitido no período	146.228	257	–	146.485
Prêmio ganho no período	(130.263)	(888)	–	(131.151)
PET/PDR	–	–	507	507
Variação da estimativa	3.141	(257)	–	2.884
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**87.807**	**13.714**	**2.794**	**104.315**

PSL - Aceitos	IBNR	PDR/IBNR	IBNER	PSL	Total provisão de sinistros
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**16.545**	**455**	**4.665**	**93.842**	**115.507**
Variação da estimativa	3.575	50	799	–	4.424
Oscilação cambial	–	–	–	6.708	6.708
Movimento de sinistros avisados	–	–	–	89.394	89.394
Sinistros pagos no período	–	–	–	(62.440)	(62.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**20.120**	**505**	**5.464**	**127.504**	**153.593**

PPNG - Cedido	PPNG	RVNE	Outras provisões PET	Total provisão de prêmios
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**28.858**	**6.674**	**512**	**36.044**
Prêmio emitido no período	88.267	201	–	88.468
Prêmio ganho no período	(112.918)	(466)	–	(113.384)
PET	–	–	(46)	(46)
Variação da estimativa	32.862	(202)	–	32.660
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**37.069**	**6.207**	**466**	**43.742**

PSL - Cedido	IBNR	IBNER	PSL	Total provisão de sinistros
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**10.272**	**4.665**	**46.753**	**61.690**
Variação da estimativa	2.909	799	(500)	3.208
Oscilação cambial	–	–	2.911	2.911
Movimento de sinistros avisados	–	–	37.378	37.378
Sinistros recuperados no período	–	–	(13.601)	(13.601)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**13.181**	**5.464**	**72.941**	**91.586**

11.4 Custos de aquisição diferidos

	01/01/2018 a 31/12/2018				
		Corretagem			
Grupo	Saldo Inicial	Constituição	Diferimento	Oscilação cambial	Saldo final
Patrimonial	1.172	1.721	(1.923)	15	985
Riscos especiais	19	21	(21)	2	21
Responsabilidades	124	304	(248)	8	188
Automóvel	68	126	(107)	–	87
Transportes	284	736	(571)	21	470
Riscos financeiros	107	133	(130)	–	110
Pessoas coletivo	46	206	(155)	–	97
Rural	26	443	(246)	1	224
Pessoas individual	–	5	(2)	–	3
Marítimos	103	314	(263)	14	168
Aeronáuticos	53	47	(84)	6	22
Aceitações do exterior (*)	577	1.373	(1.214)	73	809
Total	**2.579**	**5.429**	**(4.964)**	**140**	**3.184**

(*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior". Para a carteira atual de negócios, o prazo médio de diferimento dos contratos Proporcionais é de 24 meses e Facultativos 12 meses. **11.5 Desenvolvimento de sinistros: 11.5.a. Tabela de desenvolvimento de sinistros a liquidar - bruto de retrocessões:** O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos avisos de sinistros recebidos pela Terra Brasis para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos avisos de sinistros no decorrer dos anos. O montante avisado varia à medida que informações mais atualizadas são obtidas através de dados enviados pelas cedentes sobre contratos subscritos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras.

	Ano de Subscrição							
Montante avisado de sinistros	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano de subscrição	–	5.097	3.391	18.581	7.145	14.215	12.555	12.555
Um ano após o ano de subscrição	450	17.267	46.435	35.702	27.492	70.161	–	70.161
Dois anos após o ano de subscrição	1.570	32.485	77.016	61.609	50.561	–	–	50.561
Três anos após o ano de subscrição	1.776	34.712	67.705	67.497	–	–	–	67.497
Quatro anos após o ano de subscrição	1.220	35.890	66.246	–	–	–	–	66.246
Cinco anos após o ano de subscrição	1.166	35.990	–	–	–	–	–	35.990
Seis anos após o ano de subscrição	1.170	–	–	–	–	–	–	1.170
Posição em 31/12/2018	**1.170**	**35.990**	**66.246**	**67.497**	**50.561**	**70.161**	**12.555**	**304.180**
Montante de sinistros pagos								
No ano de subscrição	–	(412)	(239)	(125)	(1.805)	(1.669)	(3.208)	(3.208)
Um ano após o ano de subscrição	(4)	(6.437)	(10.764)	(11.748)	(14.900)	(26.452)	–	(26.452)
Dois anos após o ano de subscrição	(582)	(22.116)	(30.677)	(24.624)	(35.623)	–	–	(35.623)
Três anos após o ano de subscrição	(850)	(26.186)	(43.011)	(34.808)	–	–	–	(34.808)
Quatro anos após o ano de subscrição	(1.067)	(28.955)	(45.087)	–	–	–	–	(45.087)
Cinco anos após o ano de subscrição	(1.075)	(30.332)	–	–	–	–	–	(30.332)
Seis anos após o ano de subscrição	(1.166)	–	–	–	–	–	–	(1.166)
Posição em 31/12/2018	**(1.166)**	**(30.332)**	**(45.087)**	**(34.808)**	**(35.623)**	**(26.452)**	**(3.208)**	**(176.676)**
Saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em 31/12/2018	**4**	**5.658**	**21.159**	**32.689**	**14.938**	**43.709**	**9.347**	**127.504**
IBNER	–	–	–	–	–	–	–	**5.464**

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 07:39:12.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30007610] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.5.b. Tabela de desenvolvimento de sinistros a liquidar - líquido de retrocessões:

	Ano de Subscrição							
Montante avisado de sinistros	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**Total**
No ano de subscrição	–	3.829	2.323	5.714	2.981	12.569	8.564	8.564
Um ano após o ano de subscrição	319	10.278	22.966	17.031	20.996	41.436	–	41.436
Dois anos após o ano de subscrição	1.175	16.223	30.449	31.509	35.910	–	–	35.910
Três anos após o ano de subscrição	1.398	16.325	28.554	35.915	–	–	–	35.915
Quatro anos após o ano de subscrição	821	15.751	28.162	–	–	–	–	28.162
Cinco anos após o ano de subscrição	791	16.035	–	–	–	–	–	16.035
Seis anos após o ano de subscrição	795	–	–	–	–	–	–	795
Posição em 31/12/2018	**795**	**16.035**	**28.162**	**35.915**	**35.910**	**41.436**	**8.564**	**166.817**
Montante de sinistros pagos								
No ano de subscrição	–	(271)	(148)	(87)	(1.090)	(1.445)	(2.584)	(2.584)
Um ano após o ano de subscrição	(2)	(3.955)	(6.057)	(8.127)	(10.895)	(22.871)	–	(22.871)
Dois anos após o ano de subscrição	(360)	(10.515)	(14.181)	(16.697)	(27.054)	–	–	(27.054)
Três anos após o ano de subscrição	(537)	(12.509)	(19.740)	(24.309)	–	–	–	(24.309)
Quatro anos após o ano de subscrição	(719)	(13.146)	(20.975)	–	–	–	–	(20.975)
Cinco anos após o ano de subscrição	(724)	(13.670)	–	–	–	–	–	(13.670)
Seis anos após o ano de subscrição	(791)	–	–	–	–	–	–	(791)
Posição em 31/12/2018	**(791)**	**(13.670)**	**(20.975)**	**(24.309)**	**(27.054)**	**(22.871)**	**(2.584)**	**(112.254)**
Saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em 31/12/2018	**4**	**2.365**	**7.187**	**11.606**	**8.856**	**18.565**	**5.980**	**54.563**
IBNER	–	–	–	–	–	–	–	–

12. Cobertura das Provisões Técnicas: A Companhia mantém vinculadas em garantia das provisões técnicas quotas de fundos de investimento, títulos públicos e títulos privados no montante de R$ 114.115, quantia superior à necessidade de cobertura de R$ 9.624, calculada conforme Resolução CNSP nº 321/2015.

	31/12/2018	**31/12/2017**
Provisões técnicas	257.908	201.096
Ativo de resseguro	(103.430)	(76.296)
Direitos creditórios	(49.987)	(50.147)
Montante a ser garantido	**104.491**	**74.653**
Quotas de fundos de investimentos	5.086	2.342
Títulos públicos	62.408	52.753
Títulos privados	46.621	45.035
Garantia das provisões técnicas	**114.115**	**100.130**
Suficiência	**9.624**	**25.477**

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações determinam que as resseguradoras apresentem índice de liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta índice de liquidez de 38,4%. **13. Grupos de Ramos de Atuação: 13.1 Prêmios emitidos:** Os prêmios emitidos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de retenção são:

	Prêmio emitido		**Prêmio cedido retrocessão**		**Retenção (%)**	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Patrimonial	44.143	48.807	(20.815)	(26.745)	53	45
Riscos especiais	158	170	(24)	–	85	100
Responsabilidades	4.758	5.414	(2.181)	(2.454)	54	55
Automóvel	3.176	2.637	(760)	–	76	100
Transportes	16.753	20.799	(8.655)	(12.842)	48	38
Riscos financeiros	25.148	18.911	(20.300)	(14.953)	19	21
Pessoas coletivo	2.955	1.121	(331)	(137)	89	88
Habitacional	21	198	(4)	(15)	84	92
Rural	10.348	1.409	(6.085)	(20)	41	99
Pessoas individual	385	–	–	–	100	–
Marítimos	2.245	1.563	(688)	(456)	69	71
Aeronáuticos	1.017	1.132	(195)	(416)	81	63
Petróleo	104	–	(24)	–	76	–
Aceitações do exterior (*)	35.274	20.697	(3.024)	(656)	91	97
Total	**146.485**	**122.858**	**(63.086)**	**(58.694)**	**57**	**52**

(*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior". **13.2 Prêmios ganhos:** Os prêmios ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

	31/12/2018			**31/12/2017**		
Grupo	**Prêmio ganho**	**Sinistralidade (%)**	**Corretagem (%)**	**Prêmio ganho**	**Sinistralidade (%)**	**Corretagem (%)**
Patrimonial	44.736	81,5	4,3	43.714	66,4	3,1
Riscos especiais	203	10,1	10,3	131	–	6,1
Responsabilidades	4.278	41,9	5,5	4.564	32,2	4,0
Automóvel	2.087	39,7	5,1	1.026	45,8	4,4
Transportes	20.473	69,5	2,8	15.450	36,5	1,8
Riscos financeiros	20.189	32,6	0,6	15.073	44,3	0,6
Pessoas coletivo	2.605	67,8	6,0	1.000	209,5	5,9
Habitacional	34	856,0	–	192	270,4	–
Rural	4.553	67,6	5,4	637	64,3	1,7
Pessoas individual	195	80,0	0,9	–	–	–
Marítimos	2.497	35,3	10,5	3.115	–	10,7
Aeronáuticos	1.569	206,7	5,4	1.035	103,9	6,0
Petróleo	23	62,0	–	–	–	–
Aceitações do exterior (*)	27.709	88,3	4,4	15.052	82,1	4,2
Total	**131.151**	**71,5**	**3,8**	**100.989**	**54,0**	**3,0**

(*) Referem-se ao grupo 12 "Outros" e grupo 20 "Aceitações do exterior". **14. Patrimônio Líquido: 14.1. Capital social:** O capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por 100.759.612 (cem milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e doze) de ações ordinárias sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Em 04 de fevereiro de 2016, a Pama Holding Participações e Investimentos Ltda., subscreveu e integralizou 200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R$ 272 (duzentos e setenta e dois mil reais), autorizada por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data e homologada pela Susep em 02 de março de 2016. Em AGE realizada em 22 de março de 2018, foi deliberada a aprovação da emissão e da integralização de 109.612 ações ordinárias e sem valor nominal a Terra Brasis Partners Participações Ltda., a serem efetuadas em 31 de julho de 2018 pelo valor unitário de R$ 1,034. **14.2. Reserva de capital:** São recursos recebidos pela Resseguradora, que não passaram por seu Resultado como Receita, por serem recursos direcionados ao reforço do Capital. **14.3. Reserva de lucros:** Compreende a reserva legal que é constituída ao final de cada exercício social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. Inclui, também, a reserva estatutária constituída pelos lucros não distribuídos ao final de cada exercício social cujo saldo poderá ser destinado a aumento de capital ou distribuição aos acionistas. **14.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** São assegurados aos acionistas, ao final de cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado, de acordo com a Lei das Sociedade por Ações. Em AGE realizada em 22 de março de 2018, foi deliberada a aprovação de pagamento de dividendos no montante de R$ 1.681, com base em reservas de lucros do ano anterior. Em reunião de diretoria realizada em 28 de junho de 2018, foi deliberada a aprovação de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 1.175, com base em resultado intermediário do exercício. Em AGE realizada em 20 de setembro de 2018, foi deliberada a aprovação de pagamento de dividendos no montante de R$ 970, com base em resultado intermediário do exercício. Em reunião de diretoria realizada em 31 de janeiro de 2019, foi deliberada a aprovação de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 946, com base no resultado do exercício. **15. Políticas de Gerenciamento de Riscos:** A Terra Brasis possui uma estrutura abrangente de gerenciamento de riscos, fundamentada na gestão integrada de cada um dos processos de negócios e na adequação do nível assumido de risco a objetivos preestabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos, considerado ferramenta essencial para a otimização da relação risco/retorno para os acionistas da Companhia, envolve todas as camadas organizacionais, desde a Alta Administração até as áreas operacionais da Terra Brasis. Visa a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e controle/mitigação dos riscos materiais e também a adequação do capital e liquidez da Companhia ao seu perfil de risco, às condições de mercado e macroeconômicas e às exigências regulatórias. A partir do ano de 2017, a Companhia vem realizando trabalho de análise e adoção das orientações da Circular Susep nº 521, de dezembro de 2015, que dispõe sobre a "Estrutura de Gestão de Riscos". Durante o período, foram reiterados em sua estrutura organizacional, políticas, processos, ferramentas e *"reports"* que visam garantir que a gestão de riscos é efetivamente praticada e continuamente supervisionada pela própria organização, em um caráter "*top-down*", intrínseco à cultura corporativa da Terra Brasis e que os riscos assumidos se encaixam ao apetite de riscos da Companhia. **15.1. Risco de subscrição:** Risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes das operações assumidas e que contrariem as expectativas associadas às bases técnicas e atuariais utilizadas para o cálculo de prêmios e provisões técnicas. De maneira a padronizar e garantir a qualidade dos riscos assumidos foram criados Guias de Subscrição *(Guidelines)* para cada linha de negócio. A adequação às normas destes guias é verificada continuamente e alterações são feitas sempre que necessário. A retenção máxima por risco, dependendo do ramo de negócio, foi definida entre 2,5% a 4,5% do capital da Terra Brasis, conforme apetite de riscos da Companhia. Além disso, contratos de retrocessão são firmados para certas linhas de negócios, reduzindo a volatilidade esperada do resultado da carteira. Esforço significativo é dado ao controle de possíveis acúmulos. Dentre as maiores fontes de acúmulo, monitora-se, o máximo possível, a exposição da Terra Brasis a possíveis negócios de cosseguros existentes entre Cedentes com as quais a Terra Brasis detém contratos de resseguro e também no ramo do Seguro Garantia, pertencente ao grupo Riscos Financeiros, para o qual um controle constante de acúmulo por tomador (grupo econômico) é realizado. **15.2. Risco de crédito:** Risco de crédito é definido como o risco de uma contraparte não cumprir com uma obrigação perante a Terra Brasis. A política interna de investimentos prevê diretrizes quanto à exposição a risco de crédito e o seu cumprimento é periodicamente monitorado pelo Comitê de Investimentos. O gerenciamento do risco de crédito referente aos emissores dos títulos que compõem o portfólio de investimentos da Terra Brasis é efetuado pelos gestores da carteira e dos fundos de investimentos. De maneira a mitigar os riscos de inadimplência referentes aos recebíveis de retrocessão, o painel de retrocessionários é composto por companhias com *rating* corporativo de alto nível. A tabela a seguir apresenta o total de Sinistros a Recuperar distribuído por *rating* de crédito e tipo de resseguradora (Admitida e Eventual).

	01/01/2018 a 31/12/2018					
	Admitida		**Eventual**		**Total**	
Rating	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A++	–	–	793	1,0	793	1,0
A+	2.897	3,8	1.750	2,3	4.647	6,1
A	54.742	72,2	15.580	20,6	70.322	92,9
A-	–	–	36	0,0	36	0,0
	57.639	**76,0**	**18.159**	**24,0**	**75.798**	**100,0**

	01/01/2017 a 31/12/2017					
	Admitida		**Eventual**		**Total**	
Rating	Valor	%	Valor	%	Valor	%
A++	–	–	–	–	–	–
A+	5.435	11,1	13	0,0	5.448	11,1
A	38.213	78,0	2.481	5,1	40.694	83,0
A-	–	–	2.878	5,9	2.878	5,9
	43.648	**89,0**	**5.372**	**11,0**	**49.020**	**100,0**

Observação: Classificados conforme a agência *A.M. Best*, e caso necessário *Standard & Poor's*. **15.3. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é definido como a possibilidade de ocorrência de dificuldades no cumprimento de compromissos financeiros nos prazos e valores requeridos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Os vencimentos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018, estão classificados da seguinte forma:

Ativos e Passivos	**Vencidos**	**Sem vencimento**	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**Mais de 2 anos**	**Total**
Caixa e Bancos	–	10.339	–	–	–	10.339
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	–	35.210	–	–	–	35.210
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	14.332	23.959	79.583	117.874
Crédito das operações de seguros e resseguros	11.332	–	100.341	–	–	111.673
Ativos de retrocessão	–	–	105.752	29.576	–	135.328
Total de ativos	**11.332**	**45.549**	**220.425**	**53.535**	**79.583**	**410.424**
Contas a pagar	–	–	2.494	–	–	2.494
Débitos das operações de resseguros	–	–	56.119	–	–	56.119
Depósitos de terceiros (*)	–	–	1.781	–	–	1.781
Provisões técnicas	–	–	214.856	43.052	–	257.908
Total de passivos	**–**	**–**	**275.250**	**43.052**	**–**	**318.302**

(*) foram classificados com vencimento em até um ano, considerando que seu recebimento já ocorrera e a Companhia passa a ser responsável em efetuar as baixas dos prêmios e/ou *offset*, que deve ocorrer dentro deste período. **15.4. Risco operacional:** Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia, embora não obrigada pelas normas em vigor, planeja implementar ajustes na sua estrutura, políticas e procedimentos operacionais em linha com os conceitos gerais divulgados pelas Resolução CNSP nº 321/2015 e na Circular Susep nº 517/2015. **15.5. Risco de mercado:** Risco de mercado é definido como o risco de perdas financeiras resultante de mudanças nos preços e parâmetros de mercado (principalmente curvas de juros, taxas de câmbio, preços de ações, volatilidades e correlações entre ativos). Para os ativos da carteira de investimento, este risco é mensurado pela metodologia *Value at Risk* (VaR) paramétrico consolidado, observando o histórico de um ano da carteira de investimentos e um nível de confiança de 97,5%. Tal métrica estima o potencial de perda máxima diária da Terra Brasis, em milhares de reais, e seu correspondente percentual da carteira de investimentos estão demonstrados abaixo:

Ano	**Perda máxima diária estimada**	**(%) da carteira**
2018	389	0,27
2017	78	0,05
2016	353	0,27
2015	210	0,17
2014	159	0,16
2013	264	0,27

Para o gerenciamento do risco cambial, a Terra Brasis executa avaliações mensais dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira e utiliza-se de investimentos em fundos cambiais e da aquisição de contratos futuros de dólar negociados na [B3], de maneira a minimizar o descasamento de moedas. Em 31 de Dezembro de 2018, a Resseguradora possuía exposição majoritariamente ao dólar americano. Em 31 de dezembro de 2018, a Resseguradora possuía US$ 21.869 (equivalente a R$ 84.731) em ativos denominados em dólares americanos e US$ 21.093 (equivalente a R$ 81.732) em passivos denominados em dólares americanos, resultando em uma exposição líquida ativa de US$ 774 (equivalente a R$ 2.999). **15.6. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade têm por objetivo avaliar o impacto no resultado decorrente de variações nas premissas atuariais e de mercado. Uma análise de sensibilidade foi realizada nos resultados do teste de adequação de passivos (TAP) e consistiu em medir os impactos da variação da sinistralidade no teste da suficiência das provisões técnicas, considerando os fluxos financeiros de prêmios efetivos e prêmios estimados. Não houve comprometimento da suficiência das provisões. Apresentamos as variações relativas apenas para avaliação e referência, uma vez que as alterações das premissas atuariais não comprometeram a suficiência das provisões técnicas. Alguns resultados da análise de sensibilidade feitos em dezembro de 2018 e 2017 estão apresentados abaixo.

	31/12/2018			**31/12/2017**		
Efeito bruto de retrocessão	**Impacto**	**% do Resultado**	**% do PLA**	**Impacto**	**% do Resultado**	**% do PLA**
Sinistralidade 10% maior	(11.160)	(286,7)	(10,5)	(5.542)	(30,2)	(5,5)
Sinistralidade 10% menor	11.045	283,7	10,4	5.425	29,6	5,4
Taxa de juros 10% mais elevada	1.622	41,7	1,5	1.495	8,1	1,5
Taxa de juros 10% menor	(1.650)	(42,4)	(1,6)	(1.527)	(8,3)	(1,5)
Despesas 10% mais elevadas	(222)	(5,7)	(0,2)	(102)	(0,6)	(0,1)
Efeito líquido de retrocessão						
Sinistralidade 10% maior	(7.230)	(185,7)	(6,8)	(3.310)	(18,0)	(3,3)
Sinistralidade 10% menor	7.117	182,8	6,7	3.193	17,4	3,2
Taxa de juros 10% mais elevada	1.027	26,4	1,0	943	5,1	0,9
Taxa de juros 10% menor	(1.044)	(26,8)	(1,0)	(962)	(5,2)	(1,0)
Despesas 10% mais elevadas	(193)	(4,9)	(0,2)	(94)	(0,5)	(0,1)

Outra análise de sensibilidade foi a realizada para a carteira de investimentos através de cálculos de estresses nas posições de fechamento da data-base. O teste constituiu-se de variação na taxa de câmbio, taxas de juros, ações e inflação. As premissas do teste e resultados estão apresentadas abaixo. • Estrutura a termo da curva de IPCA: Variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo. • Estrutura a termo da curva Prefixada: Variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo. • Índice Bovespa: Variação de 10% no Índice. • Câmbio: variação de 10% na taxa de câmbio.

	Cenário A		**Cenário B**	
Fatores de risco	**Choque**	**Impacto no resultado antes dos impostos**	**Choque**	**Impacto no resultado antes dos impostos**
Câmbio	10%	(6)	-10%	(11)
Ações (Ibovespa)	-10%	(1.593)	10%	1.593
Inflação	300bps	(533)	-300bps	935
Juros	300bps	755	-300bps	(856)

16. Detalhamento das Contas de Resultado:

		31/12/2018	**31/12/2017**
a. Prêmios:			
1	Resseguro aceito	134.981	125.122
2	Retrocessão aceita	8.317	1.081
3	Resseguro e retrocessão aceito do exterior	46.303	25.143
4	RVNE	257	212
5	Comissão da cedente	(43.373)	(28.700)
	Total prêmios emitidos	**146.485**	**122.858**
6	Variação das provisões	(15.334)	(21.869)
	Total prêmios ganhos	**131.151**	**100.989**
b. Sinistros incorridos:			
1	Sinistros avisados	(89.394)	(51.608)
2	Variação provisão sinistros ocorridos mas não avisados	(3.624)	1.690
3	IBNER	(799)	(4.665)
	Total	**(93.817)**	**(54.583)**
c. Custo de aquisição:			
1	Constituição dos custos de aquisição	(5.409)	(4.109)
2	Variação dos custos de aquisição	466	1.066
	Total	**(4.943)**	**(3.043)**
d. Outras receitas e despesas operacionais:			
1	Outras receitas e despesas operacionais	(542)	(1.912)
	Total	**(542)**	**(1.912)**
e. Resultado com operações de retrocessão			
1	Retrocessão cedida	(88.267)	(78.313)
2	RVNE cedido	(201)	627
3	Comissão recebida da retrocessionária	25.382	18.992
4	Variação das provisões de prêmio	7.398	6.339
	Total despesa com retrocessão	**(55.688)**	**(52.355)**
5	Sinistros avisados de retrocessionárias	37.378	11.772
6	Variação sinistros ocorridos mas não avisados de retrocessionárias	2.909	1.727
7	IBNER	799	4.665
8	Participações nos lucros - retrocessão	(300)	48
	Total receita com retrocessão	**40.786**	**18.212**
	Total	**(14.902)**	**(34.143)**
f. Despesas administrativas			
1	Despesas com pessoal	(11.251)	(10.852)
2	Serviços de terceiros	(2.623)	(3.221)
3	Localização e funcionamento	(1.638)	(1.656)
4	Publicações legais, representações e publicidade	(1.127)	(1.368)
5	Outras despesas	(57)	(347)
	Total	**(16.696)**	**(17.444)**
g. Despesas com tributos			
1	Impostos federais (incidentes s/ retrocessão e outros)	(2.227)	(1.571)
2	Impostos estaduais e municipais	(101)	(99)
3	COFINS	(1.430)	(475)
4	PIS	(232)	(77)
5	Taxa de fiscalização Susep	(455)	(467)
6	Contribuição sindical	(78)	(84)
	Total	**(4.523)**	**(2.773)**
h. Resultado financeiro			
	Receitas:		
	Ativos livres		
1	Títulos de renda variável	1.574	22.799
2	Títulos privados de renda fixa	1.208	3.609
3	Títulos públicos de renda fixa	93	128
4	Quotas de outros fundos de investimento	2.095	2.188
5	Contratos de Dólar Futuro - BM&F	13.180	206
	Ativos vinculados		
6	Títulos privados de renda fixa	2.941	6.738
7	Títulos públicos de renda fixa	3.516	2.034
8	Quotas de fundos de investimento cambial	–	1.093
9	Quotas de outros fundos de investimento	1.286	1.326
10	Oscilação cambial	40.194	10.713
11	Receitas eventuais	253	388
	Total receitas	**66.340**	**51.222**
	Despesas:		
12	Títulos de renda variável	(1.251)	(88)
13	Oscilação cambial	(42.896)	(11.011)
14	Quotas de fundos de investimento cambial	–	(985)
15	Quotas de outros fundos de investimento	(1.035)	(211)
16	Contratos de Dólar Futuro - BM&F	(11.676)	(1.310)
17	Despesas eventuais	(146)	(248)
	Total despesas	**(57.004)**	**(13.853)**
	Total	**9.336**	**37.369**
i. Resultado patrimonial			
1	Receita patrimonial	218	292
	Total	**218**	**292**
j. Impostos e participações sobre lucro			
1	Imposto de renda	(523)	(3.402)
2	Contribuição social	(697)	(2.856)
3	Participação nos lucros	(169)	(142)
	Total	**(1.389)**	**(6.400)**

17. Benefícios a Empregados e Administradores: 17.1. Previdência privada: A Resseguradora é instituidora, junto à Itaú Vida e Previdência S.A. (EAPP), de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) na modalidade de contribuição definida. Nos termos do contrato firmado, a Resseguradora realiza aportes mensais para custeio do plano e crédito à conta individual de seus funcionários em valor equivalente a 100% da contribuição básica do participante. O participante pode efetuar Contribuições Extraordinárias sem contrapartida da Instituidora. O Plano concede benefícios de renda mensal temporária. As contribuições efetuadas no exercício totalizaram R$ 263 (R$ 160 em 2017). **17.2 Remuneração dos administradores:** A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R$ 3.482 (R$ 3.481 em 2017) que compreende substancialmente pró-labore.

Conselho de Administração

Rodolfo Riechert - Presidente **André Schwartz** - Vice-Presidente
Carlos Roberto De Zoppa
Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho
Paulo Eduardo de Freitas Botti **Fábio Vilela Morais** (em aprovação)

Diretoria

Rodrigo de Souza Lobo Botti - Diretor-Presidente
Bernardo Nolasco Rocha **Paulo Toshio Hayakawa**

Contador: Eduardo Póvoa - CRC-1SP223513/O-6
Atuário: Laércio dos Santos Vicente - MIBA-2.300

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 08:29:42.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30008727] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Terra Brasis Resseguros S.A. São Paulo, SP. Introdução: O Comitê de Auditoria (doravante referido também como "Comitê") da Terra Brasis Resseguros S.A. (doravante referida também como "Terra Brasis" ou "Companhia") foi constituído por alteração estatutária deliberada por seus acionistas reunidos em assembleia geral extraordinária realizada em 11 de março de 2013 e seus membros foram eleitos pelo Conselho de Administração. O Comitê é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração. O Comitê definiu regras que disciplinam o seu funcionamento as quais estão documentadas no "Regimento Interno do Comitê de Auditoria", aprovado pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa da Terra Brasis já que a Companhia não está obrigada a constituir um comitê de auditoria nos termos das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Ainda assim, em cumprimento ao estabelecido no parágrafo 4º do artigo 129 da Resolução CNSP nº 321, de 2015, o Comitê foi constituído e funciona em conformidade com as regras estabelecidas na mencionada Resolução e é composto por membros eleitos pelo Conselho de Administração e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidades dos organismos de governança:** A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis as atividades da Companhia. Ao Comitê compete apoiar a Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. **Atividades do Comitê:** O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas na sede da Companhia com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos membros do Comitê. O Comitê atua, também, realizando acompanhamento e revisões, à distância, de documentos e informações. As atividades do Comitê no período de janeiro de 2018 até esta data incluíram: **a)** Reuniões com os executivos das áreas de contabilidade, controladoria, controles internos, *compliance* e auditoria interna. **b)** Acompanhamento das atividades executadas pela Administração relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas e do Código de Ética da Companhia. **c)** Discussão com a Administração e com os seus auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras. **d)** Avaliação dos processos de elaboração das demonstrações financeiras e discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. **e)** Análise dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Terra Brasis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões periódicas com a Presidência e com Diretores da Companhia. O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos anuais de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. As atas e o material que suporta as apresentações feitas ao Comitê de Auditoria estão arquivadas na Companhia. **Resultado das Avaliações do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria, com base no que conceitua a Circular SUSEP nº 280 de 30 de dezembro de 2004, no tocante aos elementos que compõem o Sistema de Controles Internos, no curso das atividades executadas no período: **Quanto ao ambiente geral de controle:** Identificou que os profissionais da Companhia com as quais o Comitê interage por força de suas atribuições demonstraram integridade, ética, competência e experiência, que estão refletidas na sua postura e consciência a respeito de controles, o que contribui para a elaboração de planejamento estratégico, a governança, a distribuição de responsabilidades e as práticas e políticas de recursos humanos, bem como estilo e a filosofia da Administração. **Quanto as atividades de gestão de riscos:** O Comitê avaliou as atividades voltadas à estrutura de controle e gestão dos riscos de mercado, crédito, operacional e risco de subscrição e entendeu-se que os modelos internos estão bem estruturados e a modelagem, assim como as ações adotadas para o gerenciamento de riscos, nos seus aspectos gerais, estão bem estabelecidas e adequadamente direcionadas. **Quanto as atividades de controle e monitoramento:** Tomou conhecimento da existência de políticas, normas e procedimentos para formalizar os processos e controles operacionais adotados e as ações necessárias para mitigar falhas nesses processos. O Comitê também acompanhou os trabalhos e as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna. Na visão do Comitê, considerados os esforços empregados pela Administração, as atividades de controle e monitoramento vem sendo aprimoradas continuamente. Os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda em fase de implantação, são compatíveis com o porte e a complexidade das operações. **Quanto à auditoria independente das demonstrações financeiras:** Foi informado do escopo, do volume e da forma de execução dos trabalhos de auditoria independente das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 executados pela KPMG Auditores Independentes e avalia como satisfatória a qualidade dos trabalhos desenvolvidos. O Comitê também foi informado das atividades de avaliação e monitoramento da independência dos auditores em relação à Companhia e das atividades de credenciamento técnico e profissional da equipe de auditoria e das atividades de educação profissional continuada e avalia que essas atividades são exercidas de forma adequada. Na sessão realizada no dia 19 de Fevereiro de 2019, foram analisadas as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 Dezembro de 2018 e o relatório gerencial com os resultados de 2018, ambos aprovados por este comitê. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles relevantes, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e levando em consideração os resultados da auditoria independente das demonstrações financeiras consubstanciadas no relatório, sem modificações, emitido nesta data pela KPMG Auditores Independentes, manifesta-se favoravelmente pela aprovação do Conselho de Administração das demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019

Comitê de Auditoria
José Campos - Presidente
Simone Amaral - Membro **Tatiana Figueiredo -** Membro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da **Terra Brasis Resseguros S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Brasis Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Resseguradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes **Fernando Antonio Rodrigues Alfredo**
CRC 2SP014428/O-6 Contador - CRC 1SP252419/O-0

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Terra Brasis Resseguros S.A.** São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Terra Brasis Resseguros S.A. ("Resseguradora"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Resseguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam à sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Resseguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Terra Brasis Resseguros S.A.. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Terra Brasis Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Resseguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Resseguradora um plano de ação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita acima.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar,
Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I
Terra Brasis Resseguros S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de retrocessão e créditos com retrocessionários	**31/12/2018**
Total de provisões técnicas auditadas	**257.908**
Total de ativos de retrocessão	**135.328**
Total de créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**2.876**
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2018**
Provisões Técnicas auditadas (a)	**257.908**
Valores redutores auditados (b)	153.417
Total a ser coberto (a-b)	**104.491**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2018**
Capital Base (a)	60.000
Capital de Risco (CR) (b)	25.055
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**60.000**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2018**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	101.649
Exigência de Capital (CMR) (b)	60.000
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	**41.649**
Ativos Garantidores (d)	114.115
Total a ser Coberto (e)	104.491
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**9.624**
Ativos Líquidos (g)	9.624
Capital de Risco (CR) (h)	25.055
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	**38,4%**

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos de Ramos SUSEP)	**31/12/2018**
01, 02, 03, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20	4.500

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:
· livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
· Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 08:30:03.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30008739] - www.imprensaoficial.com.br